



XXV CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS
PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA

(Data 4.7.2011- Horário: 8h – 12h)

Questão 1 - REDAÇÃO

TEMA: MARCHAS PRÓ-LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS: APOLOGIA AO CRIME OU PLENO EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO?

ATENÇÃO: A avaliação da redação dar-se-á da seguinte forma:

- a) a redação valerá de **0 (zero)** a **6,0 (seis)** pontos;
- b) a redação deverá conter no **mínimo 40** linhas e no **máximo 50** linhas, observando-se ainda o seguinte:
 - b.1) as linhas da redação que ultrapassarem o limite máximo não serão consideradas;
 - b.2) a redação que não atingir o limite mínimo perderá **1,0 (um)** ponto por linha faltante até a dedução máxima de **6,0 (seis)** pontos (valor da redação);
- c) será atribuída automaticamente nota **0 (zero)** à redação cujo texto dissertativo não corresponder ao tema proposto;
- d) os aspectos estruturais de dissertação, a clareza e a concisão, e a capacidade de análise e reflexão para a produção de um texto dissertativo, através do tema proposto, serão avaliados conjuntamente de **0 (zero)** a **6,0 (seis)** pontos, e
- e) serão descontados **0,10 (dez décimos)** por erro gramatical.

Questão 2 - Complete as frases com um dos pronomes entre parênteses: (0,5 ponto)

- a) Meu filho, Alcides falou _____ ontem sobre a prova? (consigo; com você) **(0,125 ponto)**
- b) Na empresa, todos os funcionários sempre _____ obedeceram. (o; lhe) **(0,125 ponto)**
- c) Senhor Governador, _____ Excelência gostaria de acompanhar o restante das apresentações programadas para hoje? (Vossa; Sua) **(0,125 ponto)**
- d) Excelência, gostaria de solicitar os _____ bons préstimos no sentido de agendar uma reunião juntamente com o Secretário de Saúde para viabilizarmos uma solução no sentido de proporcionar um melhor atendimento à população nos postos de saúde. (vossos; seus) **(0,125 ponto)**



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

Questão 3 - Classifique o termo destacado que nas frases abaixo em uma destas opções: *pronome*; *conjunção* ou *advérbio*, **de acordo com a norma culta** e conforme o contexto: (1,0 ponto)

a) Que maravilhoso é este lugar! (0,25 ponto)

b) Comprei o livro que você me indicou. (0,25 ponto)

c) As bênçãos da vida são maiores que as dores. (0,25 ponto)

d) Você se inspirou em que para compor aquela música? (0,25 ponto)

Questão 4 - Complete as frases com os verbos, no tempo e no modo que se encontram entre parênteses, flexionando-os de acordo com o contexto: (1,0 ponto)

a) Ontem ele _____ todos os objetos perdidos. (reaver – pretérito perfeito do modo indicativo) (0,25 ponto)

b) Quando você o _____, cumprimente-o educadamente. (ver – futuro do modo subjuntivo) (0,25 ponto)

c) A polícia _____ os manifestantes mais exaltados. (deter – pretérito mais que perfeito do modo indicativo) (0,25 ponto)

d) Se eu _____ saído antes, não presenciaria a surpresa deixada para o final da festa. (ter – pretérito imperfeito do modo subjuntivo) (0,25 ponto)

Questão 5 - Preencha os espaços em branco com uma das expressões que se encontram entre parênteses, **observando-se a norma culta**: (1,0 ponto)

a) _____ três semanas que não chovia nesta cidade. (havia; haviam) (0,25 ponto)

b) Mais de um músico _____ o palco após a queda da energia. (abandonaram; abandonou) (0,25 ponto)

c) Cerca de 5000 inscritos _____ da corrida pedestre promovida pela Prefeitura. (participou; participaram) (0,25 ponto)

d) Estes livros custam _____ aqui nesta loja. (caros; caro) (0,25 ponto)

Questão 6 - Preencha os espaços em branco com uma das expressões que se encontram entre parênteses, **observando-se a norma culta**: (0,5 ponto)

a) _____ o roteiro, pois vou analisá-lo ainda hoje. (Me traz; Traz-me) (0,125 ponto)

b) A solenidade, que _____ daqui a trinta dias, contará com várias autoridades no assunto. (realizar-se-á; se realizará) (0,125 ponto)



- c) Nunca _____ pelo que fez com todos daquela família. (te perdoar; perdoar-te-ão) (0,125 ponto)
d) Nada _____ nesta noite de homenagens. (desagradou-o; o desagradou) (0,125 ponto)

PROVA ESCRITA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO TRIBUTÁRIO

(data 4.7.2011 – horário: 14 h – 18h)

Questão 1 - Resolução administrativa editada pelo **Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP**, regulando determinada matéria de modo geral e abstrato, é passível de ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o **Supremo Tribunal Federal**? Fundamente. (0 a 1,0 ponto)

Questão 2 - A **limitação de idade** para a inscrição em concurso público, prevista em edital, encerra discriminação abusiva em dissonância com os ditames veiculados pela **Constituição Federal**? - Justifique, dando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante. (0 a 1,0 ponto)

Questão 3 - O Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul ingressou com **ação direta de inconstitucionalidade** junto ao Tribunal de Justiça questionando teor de lei estadual, sustentando que esta afronta a Constituição Estadual, razão pela qual requereu a declaração de inconstitucionalidade da referida lei estadual. Posteriormente, antes do julgamento da ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo PGJ/MS o Procurador-Geral da República – PGR ajuizou ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, aduzindo que a mesma lei estadual fere disposição da Constituição Federal, pleiteando, assim, a declaração de sua inconstitucionalidade.

Pergunta-se:

- a) é possível o trâmite simultâneo das duas mencionadas ações diretas de inconstitucionalidade? Explique. (0 a 0,5 ponto)
b) o que ocorrerá se o Supremo Tribunal Federal decidir pela inconstitucionalidade da lei estadual? Explique. (0 a 0,5 ponto)
c) o que ocorrerá se o Supremo Tribunal Federal decidir pela constitucionalidade da lei estadual? Explique. (0 a 0,5 ponto)



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

d) a decisão do Tribunal de Justiça sobre a referida ação direta de inconstitucionalidade de sua competência pode ser questionada no Supremo Tribunal Federal? Explique. (0 a 0,5 ponto)

Questão 4 - Em determinado Município do Estado de Mato Grosso do Sul, a Câmara Municipal aprovou emenda alterando a Lei Orgânica do Município, instituindo nos Atos das Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica, o seguinte artigo:

“Art. 9-A. Cessada a investidura no cargo de Prefeito do Município, quem o tiver exercido em caráter permanente, fará jus a um subsídio, mensal e vitalício, igual ao percebido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. O recebimento do subsídio é restrito ao exercente de mandato integral e não poderá ser cumulativo com a remuneração de cargo eletivo ou de livre nomeação federal, estadual ou municipal.

§ 2º. Em caso de falecimento do beneficiário o cônjuge supérstite receberá a metade do subsídio, aplicando-se a inacumulatividade prevista no parágrafo anterior.

§ 3º. O subsídio poderá ser retirado pelo voto de 2/3 da Câmara Municipal em caso de provada indignidade do beneficiário, pela prática de ato grave no exercício de mandato eletivo ou cargo de livre nomeação.”

O cidadão **VIVALDINO PROPÍCIO ILUMINADO**, inconformado com a referida instituição de **pensão vitalícia** a ex-Prefeito Municipal, ajuizou **ação popular** visando a restituição dos valores recebidos por dois ex-Prefeitos, aduzindo, incidentalmente, a inconstitucionalidade da referida regra.

Alega que o dispositivo questionado ofende os seguintes artigos da **Constituição Federal**:

art. 22, inc. XXIII, porque estaria dispondo sobre seguridade social;

art. 37, caput, por afronta ao **princípio da moralidade**;

art. 37, inc. XIII, porquanto equipararia a pensão gratuita e vitalícia, a ser concedida a ex-detentor do cargo de Prefeito Municipal, ao subsídio percebido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

art. 195, § 5º, uma vez que criaria benefício da seguridade social sem a correspondente fonte de custeio social, e,

art. 201, § 1º, na medida em que estaria adotando requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ao conceder *“aposentadoria a Ex-Prefeito atualmente submetido ao regime geral de previdência social.”*

Diante disso requereu:

a) sejam anulados ou declarados nulos os atos lesivos ao patrimônio público e/ou à moralidade pública;



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

b) sejam restituídos aos cofres públicos os valores percebidos pelos ex-Prefeitos Municipais a título de pensão vitalícia.

Sem analisar as questões processuais, e, **dispensado o relatório, formule PARECER** acerca da questão de mérito - **(0 a 3,0 pontos)**.

Questão 5 - No âmbito do Direito Tributário, em que consiste o instituto da **anistia**? Após conceituar, faça a distinção entre **anistia**, **remissão** e **isenção**, dando os fundamentos legais e doutrinários? **(0 a 2,0 pontos)**

Questão 6 – Em arrematação judicial, determinado bem imóvel é alienado por valor inferior aquele estimado em lei municipal. O valor do **imposto de transmissão de bens imóveis (ITBI)** deverá ter como base de cálculo o valor alcançado em hasta pública? Fundamente. **(0 a 1,0 ponto)**

PROVA ESCRITA DE DIREITO CIVIL

(data: 5.7.2011 – horário: 8h – 12h)

Questão 1 – Com a edição da Lei nº. 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, pergunta-se: É competente o Juízo da recuperação judicial para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor, sim ou não? Por outro lado, como consectário lógico e direto dos pressupostos e alcance da Lei 11.101/05, qual foi a interpretação do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade dos artigos 60, § único e 141, II? Responda de forma fundamentada. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 2 – Inventário do patrimônio hereditário de “A”, requerido por “B” e “C”, sobrinhos do autor da herança, cujo óbito ocorreu em 29/07/2005. Declaram que o falecido deixou considerável patrimônio, constituído de imóveis urbanos, várias propriedades rurais e milhares de cabeças de gado a inventariar, e que era solteiro, não possuindo ascendentes, descendentes, tampouco companheira. Sustentam que dentre os sucessores, o inventariado deixou 4 irmãs, idosas, que deverão concorrer à herança por direito próprio, enquanto os “filhos de duas herdeiras pré-mortas (também irmãs do falecido) a ela concorrerão, por direito de representação, nos termos do disposto nos artigos 1.851 e seguintes do Código Civil, dentre eles “B” e “C”. Por sua vez, “D”, no início do procedimento, buscou por duas vezes sua admissão no inventário, para concorrer à herança, ao argumento de ter convivido com “A”, em união estável, por mais de 30 anos, alegando que na data da abertura da sucessão, ela se encontrava na posse e administração dos bens deixados pelo falecido. Seus pleitos foram encaminhados às vias ordinárias, de modo que propôs ação declaratória



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

de união estável com pedido de tutela antecipada. PERGUNTA-SE: Pode “D”, ex-companheira de “A”, requerer seja concedida antecipadamente a posse e a administração da metade (50%) dos bens adquiridos pelo falecido durante o período da união estável, em outras palavras, a sua provável meação? Sob que fundamento. De outro modo, o desate da lide, na hipótese em julgamento, depende das regras sucessórias ou das normas de Direito de Família? A meação do companheiro sobrevivente integra o direito de herança? Responda de forma fundamentada as indagações. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 3 – “A” faleceu em 22/09/2003, deixando bens imóveis a inventariar, e dois filhos, seus herdeiros, ambos casados. Consta dos autos, ainda, certidão de **testamento**, por meio do qual os bens deixados pela testadora a “B”, um dos herdeiros necessários, foram gravados de cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade, extensivas aos respectivos frutos e rendimentos. Ressalta-se que o **testamento** foi elaborado sob a égide do CC/16. PERGUNTA-SE: As cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, gravadas no testamento sobre os bens da legítima deixados a “B”, um dos herdeiros necessários, ainda que a testadora não tenha declarado a justa causa no prazo de um ano fixado no art. 2.042 do CC/02, devem subsistir ou não? Responda de forma fundamentada. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 4 – “Maria”, ajuizou Ação de Sonegados contra o Espólio de “João”, representado pela inventariante, objetivando que bem imóvel doado em vida fosse trazido à colação no processo de inventário do genitor em comum. No decorrer do processo, “Sebastiana”, herdeira testamentária, requereu a habilitação nos autos. PERGUNTA-SE: “Sebastiana”, herdeira testamentária tem legitimidade e direito de exigir à colação bem sonegado pelo Espólio de “João”, em processo de inventário? Responda de forma fundamentada. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 5 – Segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial majoritário, principalmente do Superior Tribunal de Justiça, a alienação feita por ascendente a descendente é, desde o regime originário do Código Civil de 1916 (art. 1.132), ato jurídico anulável. Tal orientação veio a se consolidar de modo expresso no novo Código Civil/02, art. 496. Também se consolidou o entendimento de que, para a invalidação desses atos de alienação é necessário, além da iniciativa da parte interessada, outros requisitos. Assim, cite esses outros requisitos, de acordo com entendimento doutrinário e jurisprudencial. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 6 – Em 12.07.2000, “A” e sua mulher, celebraram com “C”, contrato de promessa de compra e venda de terreno, com preço a ser pago em 60 prestações mensais e consecutivas. Pagas 31 parcelas, “A” e s/m tornaram-se inadimplentes, imputando à “C” a prática de diversas supostas ilegalidades que teriam dado causa ao descumprimento do contrato. A rescisão do contrato foi motivada em razão da inadimplência dos compradores. Pois bem, a rescisão de um contrato exige, na medida do possível, que se promova o retorno das partes ao *status quo ante*. Tendo em mente essa premissa. PERGUNTA-SE: Como deve ser feita a indenização a favor do vendedor “C”, a título de compensação? Por outro lado, “C” vendedor, deve devolver aos compradores algum valor, sim ou não? Em caso positivo, a



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

quantia a ser devolvida e o percentual de retenção compreendem apenas o saldo devedor, objeto de parcelamento em 60 prestações? Ou, também, faria jus os compradores as arras por ocasião do fechamento do negócio. Responda de forma fundamentada. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 7 – “B”, por meio de testamento público (celebrado em 1982), dispôs que seus bens, após sua morte, deveriam ser divididos em partes iguais entre seus irmãos, sobrinhos e seu filho de criação “C”. O testador, em uma das cláusulas do testamento, deixou expressa a vontade de adotar “C”. Com seu falecimento, ocorrido em 1999, “C”, já na condição de filho do *de cujus* (sentença judicial de adoção proferida em 1991), pediu o rompimento do testamento com fulcro no art. 1.750/CC/16, *verbis*: “Art. 1.750. *Sobrevindo descendente sucessível ao testador, que o não tinha, ou não o conhecia, quando testou, rompe-se o testamento em todas as suas disposições, se esse descendente sobreviver ao testador*”. PERGUNTA-SE: Na presente situação, pode ser aplicado o art. 1.750/CC/16, já que, “B”, testador, ao fazer as liberalidades, tinha consciência de que iria formalizar a adoção de “C”? Responda de forma fundamentada. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 8 – Aponte os requisitos da novação. Distinga a novação objetiva da subjetiva e, por fim, explique a novação subjetiva passiva por delegação e a novação subjetiva passiva por expromissão (liberatória e cumulativa). Responda de forma fundamentada. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 9 – Em processo de separação consensual, “A” e “B”, por livre e espontânea vontade, transacionaram no seguinte sentido: “A” ficou com a propriedade do imóvel que pertencia ao casal e “B” com o valor, em pecúnia, correspondente a 50% do valor de avaliação do indigitado bem. Ocorre que, após homologada a transação, “B” - que não era minimamente versada na área imobiliária - tomou ciência de que o referido imóvel fora subavaliado em montante correspondente a ¼ do seu valor real de mercado. Em vista disso e já considerando que não houve dolo de A ou da empresa avaliadora, bem como que as partes renunciaram, na própria transação, a ulterior alegação de qualquer vício no ato realizado, pergunta-se: poderia “B” tentar reaver judicialmente seu prejuízo em face de “A”? Responda de forma fundamentada. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 10 – Em relação jurídica material de natureza civil, os contratantes, no intuito de verem cumpridas as suas cláusulas, firmaram cláusula penal, abono de pontualidade, multa penitencial e *astreintes*. Posteriormente, ajuizado processo judicial para discutir o enlace contratual, o MP foi instado a se manifestar. Na qualidade de promotor(a) de justiça, qual seria seu parecer sobre a natureza jurídica, a legalidade e a possibilidade de cumulação das penas contratadas? Responda de forma fundamentada. A questão vale 1,0 (um) ponto.

PROVA ESCRITA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

(data: 5.7.2011 – horário: 14h – 18h)



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

Questão 1 A Secretaria de Estado de Gestão Pública promoveu concurso público para o preenchimento de 200 vagas de professor de educação básica da rede estadual de educação. Dentre os aprovados, no número de vagas, encontrava-se Priscila Mesa, de nacionalidade paraguaia, que teve o exercício do cargo de professora obstado porque inexistente lei regulamentadora de que trata o inciso I do art. 37 da Constituição Federal. Priscila impetrou mandado de injunção que foi julgado procedente assegurando-lhe o exercício do cargo efetivo de professor. Responda de forma fundamentada: (2,0 pontos)

- a) A decisão judicial proferida conferiu correta exegese ao dispositivo constitucional supracitado?
- b) Tal dispositivo constitucional é autoaplicável?
- c) Se não for autoaplicável, quem é competente para edição de lei que estabeleça as condições de acesso do estrangeiro a cargo público?

Questão 2 Quanto ao controle judicial sobre os atos da Administração Pública, responda de forma fundamentada: (2,0 pontos)

- a) Quais são os limites deste controle?
- b) Quais são os meios de controle judicial dos atos normativos do Poder Executivo?
- c) Em que hipótese é usada a reclamação administrativa?
- d) Admite-se o controle judicial dos atos políticos?
- e) Quando os atos *interna corporis* são passíveis de apreciação pelo Poder Judiciário?

Questão 3 É possível a *reformatio in pejus* no processo administrativo sancionador em razão do poder de autotutela do Estado? Justifique (1,0 ponto).

Questão 4 As parcerias público-privadas foram instituídas como contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. Indaga-se: (1,0 ponto)

- a) É obrigatório o processo licitatório para a contratação de parceria público-privada? Fundamente.
- b) Se obrigatório, qual a modalidade? Fundamente.
- c) É possível a adoção de arbitragem como meio de solução de conflitos relacionados à execução do contrato de parceria público-privada? Fundamente.

Questão 5 Em que consiste o direito de extensão na desapropriação? Fundamente. (1,0 ponto).

Questão 6 Empresa de Consultoria e Assessoria Empresarial ajuizou ação de cobrança em face da Prefeitura Municipal de Reluzente, alegando que formalizou com esta, "Proposta de Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica e Administrativa - recuperação de tributos municipais", salientando na proposta "comprovada especialização e notoriedade nas ações propostas". Na referida proposta, que teria sido firmada com o Município, propôs que a



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

contratação se desse na modalidade de “inexigibilidade de licitação”, de acordo com o art. 25, II, e §1º c/c o art. 13, III e V, da Lei Federal 8.666/1993. Aduziu, ainda, que o Prefeito em nome da municipalidade outorgou instrumento de procuração para o advogado da autora, mas não houve formalização de contrato. Afirmou que os serviços objeto da referida proposta foram cumpridos, tendo redundado em benefícios financeiros ao Município no valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) e que os honorários advocatícios foram pactuados entre as partes no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos benefícios auferidos, os quais representam o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Requereu a procedência da ação para o fim de condenar a ré ao pagamento do valor mencionado. Os autos foram remetidos ao Ministério Público. À luz da Lei 8.666/1993 lavre parecer a respeito. (3,0 pontos).

PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

(data: 6.7.2011 – horário: 8h – 12h)

Questão 1 – “A” interpõe agravo regimental em desfavor de decisão monocrática de relatoria de Ministro do Superior Tribunal de Justiça que conheceu agravo de instrumento decorrente de decisão que obstruiu a subida do recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, alínea “a”, da Constituição Federal. “A” irredimida, aduz que o tema em debate no recurso especial teve a **repercussão geral** reconhecida pelo STF e, que, a decisão final pende de análise daquela Corte. Assim, pede seja sobrestado o julgamento do recurso especial. PERGUNTA-SE: A decisão do Supremo Tribunal Federal que reconhece a repercussão geral em recurso extraordinário paralisa o julgamento do recurso especial, sim ou não? Responda de forma fundamentada. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 2 – “B” ajuizou no STJ ação rescisória, postulando, nos termos do art. 485, V, do CPC, a desconstituição do acórdão proferido no Recurso Especial, que determinou, após a avaliação do valor real dos bens inventariados, a realização de nova partilha. Sustenta o autor, em síntese, i) que o Recurso Especial não poderia ter sido conhecido, por envolver exclusivamente matéria de fato; ii) a violação, quando do seu julgamento, da regra do art. 993, § único, II, do CPC, que vedaria, no processo de inventário, a apuração dos haveres de sociedade anônima. PERGUNTA-SE: Cabe ação rescisória para rediscutir admissibilidade de recurso especial, ainda que este tenha sido conhecido? Responda de forma fundamentada. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 3 – “A” ajuíza ação de execução para entrega de coisa incerta, constante de título executivo extrajudicial, em face de “C”, no qual requer a entrega do produto rural representado no título. “C” propôs embargos à execução, afirmando que não é responsável pela entrega do produto, tendo em vista que endossou a referida cédula rural. Requereu a declaração da inexigibilidade da obrigação. Os embargos foram julgados procedentes para declarar a inexigibilidade da obrigação de entregar coisa incerta. “A”, não se conformando



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

com a sentença, interpôs recurso de apelação, sustentando, que, nos termos do art. 622 do CPC, o depósito da coisa é requisito para a admissibilidade dos embargos à execução, já que a entrega de coisa incerta fundada em título extrajudicial, possui disciplina específica dentro do Código de Processo Civil. Dessa forma, os embargos não poderiam sequer ser recebidos, pois não houve o depósito da coisa. Por outro lado, determina os artigos 621 e 622 do CPC a necessidade de depósito da coisa para a apresentação de embargos. PERGUNTA-SE: Diante da introdução da Lei 11.382/2006, no atual quadro jurídico, continua a prevalecer a obrigação da segurança do juízo como condição de admissibilidade dos embargos na execução extrajudicial para entrega de coisa? Responda de forma fundamentada. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 4 – “C” ajuizou ação de reparação por danos materiais e compensação por danos morais, em desfavor de “D”, sob a alegação de que a perfuração de poços artesianos pela ré e posterior realização de ensaios de bombeamento de água causaram rachaduras, trincas, fissuras e o rebaixamento do teto do imóvel onde residia a autora, chegando ao ponto de se fazer necessária a utilização de escoras para evitar o desabamento da residência. No decorrer da ação houve o falecimento de “C”, tendo o pólo ativo da ação sido assumido por seus sucessores. PERGUNTA-SE: Têm os sucessores legitimidade para assumirem o pólo ativo da mencionada ação, visando à reparação de danos materiais e, principalmente, os danos morais, já que se trata de direito personalíssimo? Responda de forma fundamentada, de acordo com posição da doutrina e jurisprudência do STJ. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 5 – “João” ajuizou ação de reintegração de posse em face de “Maria”. O autor alega que adquiriu imóvel residencial localizado na Cidade de Campo Grande/MS, vendido pela ré por intermédio de seu procurador, “Manoel”, por escritura lavrada em 27 de março de 2002. Segundo alega, a posse do imóvel, que se encontrava desocupado, foi transferida no ato da escritura, mas em 6 de maio de 2002, a ré, desrespeitando os termos do contrato, reocupou o bem, contratando faxineiras para limpá-lo e trocando as respectivas chaves de modo a impedir que o autor nele ingressasse. A ré, respondeu a ação afirmando carência de ação possessória, porquanto o autor jamais tomara posse do imóvel controvertido. O juiz *a quo*, proferiu sentença, julgando improcedente a ação, sob o fundamento de que, não obstante a transferência da propriedade, o autor nunca teria exercido a posse do imóvel, sendo o *constituto possessório* insuficiente para esse fim. PERGUNTA-SE: A decisão do magistrado de 1º grau está correta? É cabível a ação possessória de reintegração fundada exclusivamente no *constituto possessório*? Responda de forma fundamentada de acordo com posição da doutrina e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 6 – “A” interpõe Recurso Extraordinário contra acórdão proferido pelo TJ/MS, alegando ofensa aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da ampla defesa, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional. Afirma que as violações aos postulados, embora tenha sido de forma indireta ou reflexa, desrespeitou as regras constitucionais. PERGUNTA-SE: A violação indireta ou reflexa das normas constitucionais enseja a admissibilidade do recurso



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

extraordinário? Responda de forma fundamentada de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 7 – No que concerne ao litisconsórcio, responda: (a) admite-se o litisconsórcio facultativo ulterior no sistema processual brasileiro? (b) em se tratando de litisconsorte ativo necessário e não havendo a concordância de todos os litisconsortes para se propor determinada ação, poderia um deles, sozinho, ajuizá-la? (c) se a parte for litisconsorte do MP, gozará do mesmo prazo para resposta? (d) pode-se dizer que a concessão de prazo em dobro aplica-se sem exceção? De forma objetiva, fundamente todas as respostas. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 8 – “A”, que já havia preenchido todos os requisitos da usucapião de determinado imóvel, muito embora nunca ajuizada a respectiva ação, perde a sua posse, por ato injusto, para “B”. Em vista disso, pergunta-se: que demanda poderia “A” propor para reaver o imóvel de “B”? Qual sua natureza, requisitos e rito? Responda de forma fundamentada. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 9 – Em processo de cognição plena, de cunho condenatório, determinou-se que a citação do réu se fizesse via edital, sendo a lide, *a posteriori*, julgada procedente. Ocorre, todavia, que, após 01 (um) ano do trânsito em julgado, mas já decorrido o prazo do 475-J, parágrafo 1º, do CPC, os herdeiros do réu constataram que este, ao tempo da publicação dos editais, já havia falecido. Em vista disso, pergunta-se: os herdeiros ainda poderiam se valer de defesa(s) heterotópica(s) em face do Exequente? Explique e fundamente. A questão vale 1,0 (um) ponto.

Questão 10 – Discorra sobre a ação negatória, abordando - de forma objetiva - a natureza, a finalidade, os requisitos e o rito dessa modalidade de ação. A questão vale 1,0 (um) ponto.

**PROVA ESCRITA DE TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS E
DIREITO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

(data: 6.7.2011 – horário: 14h/18h)

Questão 1 – Havendo condenação em dinheiro em sede de ação civil pública na defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Pergunta-se: (1,0 ponto)

- A) Para quem deve ser revertido o dinheiro da referida condenação? Justifique.
- B) Figurando o Ministério Público como autor da ação civil pública, pode o juiz condenar a parte sucumbente em honorários advocatícios em favor do *Parquet*? E quanto às despesas processuais?



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

C) E se julgada improcedente a ação civil pública, é permitido ao juiz condenar o Ministério Público em custas e honorários advocatícios?

Observação: A jurisprudência eventualmente citada deverá ser aquela dominante no Superior Tribunal de Justiça e será avaliada a capacidade de síntese do candidato.

Questão 2 – Considerando todo nosso ordenamento jurídico e as divisões das ciências jurídicas, é possível afirmar que todas as sanções dispostas no artigo 12 da Lei nº 8.429/92 são prescritíveis? Sim? Não? Por quê? Além dos dispositivos legais pertinentes, apontar a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça. (1,0 ponto)

Observação: será avaliada a capacidade de síntese do candidato.

Questão 3 – O art. 333 do Código de Processo Civil prescreve caber ao autor da ação o ônus da prova quanto ao fato constitutivo do seu direito, e, no Código de Defesa do Consumidor esta obrigação inverteu-se em favor do consumidor. (1,0 ponto)

- A) A deliberação desta vantagem em favor do consumidor pelo juiz é discricionária? Sim? Não? Por quê?
- B) Qual o momento para o juiz decidir sobre a inversão do ônus da prova?
- C) A inversão do ônus da prova decidida pelo juiz em favor do consumidor obriga o réu a efetuar o pagamento antecipado das custas e dos honorários periciais? Sim? Não? Por quê?
- D) Na ação de improbidade administrativa, na qual o autor descreveu e apontou o inciso VII do art. 9º, da Lei nº 8.429/92, como violado pelo agente público, conduz à inversão do ônus da prova? Sim? Não? Por quê? Se afirmativa a resposta, o que cabe ao autor provar? E se negativa a resposta, o que deve ser provado pelo autor?

Observação: será avaliada a capacidade de síntese do candidato.

Questão 4 – A Constituição Federal afastou de plano a possibilidade de defesa do consumidor individual por parte do Ministério Público (CF, art. 127). E em matéria de interesses individuais homogêneos, o Ministério Público estaria sempre autorizado a defender? Fundamente com a doutrina majoritária e a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, se houver. (1,0 ponto).

Observação: será avaliada a capacidade de síntese do candidato.

Questão 5 – A Prefeitura de São Bento assentou quarenta famílias numa área pertencente ao Município, situada nas margens do Córrego Buriti, não tendo disponibilizado água, esgoto e nem energia elétrica. As famílias construíram casas precárias, umas de alvenaria e outras de madeira, e as ligações elétricas eram clandestinas. A denúncia chegou à Promotoria de Justiça por intermédio de uma entidade de defesa do meio ambiente. Instaurado o inquérito civil, ficou comprovado: (2,0 pontos)



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

- 1) que o local seria impróprio para construção urbana em face do afloramento do lençol freático e dos danos ambientais causados ao Córrego Buriti;
 - 2) que a Prefeitura não havia regularizado o loteamento junto do cartório de registro de imóvel e nem obtido a licença do órgão ambiental para implantação de loteamento naquele lugar, considerado de preservação permanente;
 - 3) próximo do local do loteamento, havia uma área de propriedade do Município, e que seria suficiente para implantar um loteamento social, além de outros equipamentos públicos;
 - 4) que as famílias beneficiárias daquele loteamento, haviam sido removidas por ordem judicial de outro local, cuja remoção teria ficado a cargo da Municipalidade;
 - 5) e, finalmente, a prefeitura pretendia continuar beneficiando outras famílias, já cadastradas no setor de habitação da prefeitura.
- A) Levando-se em conta os aspectos sociais em confronto com os interesses ambientais lesados, antes da adoção de qualquer medida judicial, qual providência extrajudicial pode ser adotada pelo Promotor de Justiça? Discorra sobre as vantagens desta solução, principalmente em relação ao caso concreto desta questão, em no máximo 30 linhas.
- B) Se, esgotadas todas as tratativas, qual a medida judicial a ser intentada, apontando os dispositivos legais para o exercício da demanda judicial?
- C) Quem deve figurar no pólo passivo da referida ação judicial? Por quê?
- D) Quais os pedidos que devem ser feitos na inicial da competente ação?

Questão 6 – O Prefeito do Município de Cipoândia, Sr. Aparecido da Silva, determinou por meio de seu Secretário de Imprensa, Jonas Ferreira, que publicasse no jornal semanário local, as notícias correspondentes às realizações de sua gestão à frente da prefeitura municipal. No jornal além de aparecer as fotografias das obras, tais como construções de creches, reformas de postos de saúde e das escolas municipais da cidade, em todas elas continha estampada a fotografia do alcaide “Aparecido” e do vereador José Lino, sempre sorridente e feliz com a forma de evidenciar seus feitos políticos. O vereador da oposição compareceu na Promotoria de Justiça levando inúmeros exemplares contendo a exposição excessiva do prefeito nos jornais, inclusive manifestações escritas sobre suas realizações. O Promotor de Justiça instaurou o inquérito civil e verificou-se que as publicações aconteceram durante o ano de 2010, e que a prefeitura teria pago por tais exemplares, a quantia de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) para o Jornal da Cidade, único da cidade e de propriedade do vereador José Lino, do mesmo partido político do prefeito. Também ficou apurado que do valor acima, apenas R\$ 8.000,00 (oito mil reais), correspondia a serviços realmente prestados durante os doze meses de 2010, com a publicação dos editais e avisos da prefeitura. Entretanto, pelo que ficou apurado no procedimento da promotoria, o preço praticado em outras cidades da região, para publicar os atos oficiais não poderia ultrapassar a quantia de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Portanto, o prejuízo ao erário seria de



aproximadamente R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais). Como Promotor de Justiça do Patrimônio Público elabore a peça processual pertinente. (4,0 pontos)

Observação: a peça processual não poderá ser assinada, tampouco identificada.

PROVA ESCRITA DE DIREITO PENAL

(data: 7.7.2011 – horário: 8h -12h)

Questão 1 – **AURELIUS CERVANTES** é condenado pela prática dos crimes previstos no artigo 219 (por duas vezes), c.c. artigo 71, e no artigo 308, na forma do artigo 69, todos do Código Penal, pois teria raptado duas menores, ao incutir nelas a falsa promessa de que se tornariam modelos.

Finalizada a instrução criminal, restou **AURELIUS CERVANTES** condenado à pena de 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses de reclusão. Posteriormente, em sede de recurso interposto por **AURELIUS CERVANTES**, o Tribunal de Justiça dá provimento parcial e reduz a pena para o patamar de 6 (seis) anos e 6 (seis) meses, absolvendo-o ainda da imputação prevista no artigo 308, do Código Penal, o que restou transitado em julgado.

Em razão da superveniência da Lei n. 11.106/2005, que revogou os artigos 219 a 222 do Código Penal, a defesa de **AURELIUS CERVANTES** pleiteia, perante o juiz da execução penal (artigo 66, inciso I, da Lei n. 7.210/1984, e Súmula n. 611, do STF), o reconhecimento da ocorrência de *abolitio criminis*.

Assiste razão ao pleito da defesa de **AURELIUS CERVANTES**? Fundamente sua resposta, com o posicionamento doutrinário e jurisprudencial atual. (1,5 ponto)

Questão 2 – **EUCLIDES DA CUNHA** é denunciado como incurso no artigo 33, *caput*, c.c. artigo 40, inciso V, ambos da Lei n. 11.343/2006. Segundo a inicial acusatória, o denunciado foi preso em flagrante por transportar em caminhão Mercedes Benz L 1316, placas descritas na peça exordial, na Rodovia MS 276, Km 148, na cidade de Ivinhema/MS, **8.410 (oito mil, quatrocentos e dez quilos)**, disfarçados em 186 sacos de aveia.

O denunciado confessa que foi contratado por terceira pessoa não identificada para transportar a droga da cidade de Amambai/MS até São Paulo/SP. Além disso, constata-se que o município de Amambai/MS situa-se na chamada microrregião de Dourados do Estado de Mato Grosso do Sul, que pertence à faixa de fronteira com o Paraguai (aproximadamente 50 km).

O denunciado é primário e não há comprovação de que possui maus antecedentes.

Pergunta-se: (1,5 ponto)

A) Na hipótese, é possível o reconhecimento da majorante prevista no inciso V, do artigo 40, da Lei n. 11.343/2006? Fundamente, expondo o posicionamento dominante do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

B) No caso em tela, é possível a aplicação da minorante prevista no parágrafo 4º, do artigo 33, da Lei n. 11.343/2006? Fundamente, explicando a posição jurisprudencial dominante.

Questão 3 – No dia 22 de março de 2010, por volta das 10h50, **JOSÉ INÁCIO DE SANTANA**, na companhia do adolescente Marcos Viana (à época dos fatos com 17 anos e 10 meses de idade), no estacionamento do Shopping Campo Grande, na cidade de Campo Grande/MS, verificando que ausentes de qualquer vigilância policial, abordaram a vítima LARISSA ANZOATEGUI, no momento que estacionava seu veículo. Mediante grave ameaça e fazendo uso de um revólver de brinquedo, subtraíram da vítima a importância de R\$ 700,00 (setecentos reais) em espécie, bem como jóias, avaliadas posteriormente em R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Não satisfeitos com a ilicitude, constrangeram-na a fornecer as senhas dos cartões bancários para saques nos caixas eletrônicos. Diante de tais, posicione-se fundamentadamente sobre: (1,5 ponto)

- A) Há concurso de pessoas?
- B) Há crime continuado?
- C) Há concurso material de crimes?
- D) Há delito qualificado?

Questão 4 – No dia 12 de dezembro de 2010, por volta das 16h00, SOLANGE BOA VIDA, acompanhada de dois comparsas, adentrou à loja Variedades Eletrônicas Ltda., localizada na cidade de Dourados/MS, e subtraiu um IPAD, colocando-o no interior de uma sacola. Os dois comparsas distraíram o vendedor da loja, mas um dos fiscais percebeu a subtração e prendeu em flagrante a autora do delito, momento em que os outros dois empreenderam fuga. Considerando que o estabelecimento comercial dispunha de equipamento de vigilância eletrônica e forte monitoração por parte de eficientes prepostos, há, na hipótese em tela, adequação ao tipo penal qualificado? (1,0 ponto)

Questão 5 – No conceito analítico ou estruturante do crime, ofereça considerações acerca da culpabilidade e a posição desta no sistema dicotômico e tricotômico do Direito Penal. (1,0 ponto)

Questão 6 – (1,0 ponto)

6.1. – As cláusulas mandamentais caracterizadoras dos crimes omissivos impróprios ou impuros, por não terem tipologia própria, violam o princípio da legalidade criminal?

6.2. – Nos crimes omissivos a conduta de não fazer é punida a título de dolo ou de culpa?

Questão 7 – No ordenamento jurídico penal brasileiro há previsão da aplicação do princípio da co-culpabilidade na fixação da pena? (1,0 ponto)

Questão 8 – O que são mandados de criminalização? Existem mandados de criminalização implícitos? (1,5 ponto)



OBSERVAÇÃO: Todas as questões deverão ser respondidas fundamentadamente.

PROVA ESCRITA DE DIREITO ELEITORAL

(data: 7.7.2011 – horário: 14h – 18h)

Questão 1 – As condições de elegibilidade previstas no art. 14 da Constituição Federal, encerram todas as exigências para que o cidadão possa ser candidato a cargo eletivo. Se afirmativa a resposta justifique. Se negativa, quais são as outras condições e justifique? (1,0 ponto)

Questão 2 – Em que momento o postulante a cargo político-eletivo deve reunir as condições de elegibilidade, em face da legislação eleitoral? Quando requerer o registro de sua candidatura, no dia das eleições, na diplomação ou na posse? Como essa questão vem sendo tratada na jurisprudência predominante do Tribunal Superior Eleitoral? Quando a legislação permitiu a comprovação no momento da posse? (1,0 ponto)

Questão 3 – As ações que podem ser propostas no âmbito eleitoral são: AIJE por abuso de poder, ação por captação ou uso ilícito de recurso para fins eleitorais; ação por captação ilícita de sufrágio e finalmente, ação por conduta vedada. Aponte: (1,0 ponto)

- A) O fundamento legal de cada uma destas ações;
- B) O objeto pretendido;
- C) O bem tutelado.
- D) Considerando-se apenas o objeto, existe diferença substancial entre as ações acima identificadas? Sim? Não? Por quê?

Observação: Será avaliada a capacidade de síntese do candidato.

Questão 4 – Os partidos têm ampla liberdade para coligarem-se, por força do disposto no § 1º do art. 17 da CF. Sendo assim: (1,0 ponto)

- A) O que é coligação?
- B) A coligação possui personalidade jurídica? Sim? Não? Por quê?
- C) Determinado partido coligado pode, isoladamente, requerer o registro de candidatura de seus filiados? Sim? Não? Por quê?
- D) Pode determinado partido coligar-se para disputar a eleição do cargo de governador, e participar de outra coligação para o pleito do Senado Federal? Sim? Não? Por quê?

Observação: Será avaliada a capacidade de síntese do candidato.

Questão 5 – Determinada agremiação partidária ingressa com AIJE – Ação de Investigação Judicial Eleitoral por abuso de poder praticado pelo candidato do partido concorrente. Após a produção de provas testemunhais, o representante demonstrando desinteresse na



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

continuidade da demanda, e com a concordância do representado, requer a extinção da ação sem julgamento do mérito. O membro do Ministério Público é cientificado desta ocorrência. O que deve fazer o Promotor de Justiça Eleitoral? Fundamente a resposta, com doutrina predominante e jurisprudência dominante no Tribunal Superior Eleitoral, se houver. (1,0 ponto).

Questão 6 – Qual a diferença entre inelegibilidade e perda dos direitos políticos? (1,0 ponto)

Questão 7 – Justiniano de Freitas, candidato ao cargo de prefeito de Sapezal, Comarca de Primeira Entrância, presente no recinto onde foram conduzidas todas as urnas eletrônicas do pleito municipal, e durante o período de totalização dos votos, inconformado com a derrota que já se desenhava, propositalmente, causou danos nos equipamentos eletrônicos utilizados na totalização dos votos. O juiz eleitoral, presente no local, deu-lhe voz de prisão, e a Polícia Militar conduziu-o à Delegacia de Polícia onde foi autuado em flagrante delito por dano ao patrimônio público e lesão corporal. Após ter obtido liberdade provisória, o inquérito policial foi concluído e remetido ao Promotor de Justiça. Antes disso, consumou-se a derrota de Justiniano de Freitas. Posteriormente, ele teria ressarcido os danos materiais causados. Quais as providências que devem ser adotadas pelo membro do Ministério Público? Se for o caso, elabore a inicial da competente ação. (4,0 pontos)

PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

(data: 8.7.2011 – horário: 8h - 12h)

Questão 1 – No dia 22 (vinte e dois) de abril do ano de 2004, período da manhã, aproximadamente 9h40min, na altura do km 06 da Rodovia Estadual MS-163, ainda no município de Campo Grande-MS., Carlos Bezerra fez com que o veículo por ele conduzido acabasse por colidir com outro dirigido por Cristiano Souza, ferido-o gravemente, só não tendo provocado sua morte por ação da própria vítima.

Constou do boletim de ocorrência da Polícia Rodoviária Estadual que naquela manhã Carlos Bezerra conduzia um caminhão de sua propriedade, marca MERCEDEZ-BENS, ano 1979, modelo 1113, placas KWB-4713, trafegando no sentido “Campo Grande-Bandeirantes” e ao se deparar com um micro-ônibus que seguia à sua frente e que, por integrar um cortejo fúnebre, empreendia uma velocidade inferior, Carlos Bezerra, indiferente à faixa destinada aos veículos que trafegavam na direção contrária e aproveitando o “embalo” do caminhão, com a intenção de ultrapassá-lo, deslocou seu veículo até a outra faixa da pista.

Ao efetuar a ultrapassagem, Carlos Bezerra fez com que o MERCEDEZ-BENS 1113 colidisse com a caminhonete GM/BLAZER, placas AKD-0790, que tinha Cristiano Souza na sua direção e Tatiana Branquinha e a criança Juliana Branquinha como passageiras, os quais estavam transitando na direção “Bandeirantes-Campo Grande”.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

Como resultado deste abaloamento, Cristiano Souza sofreu diversas lesões, dentre elas ferida corto-contusa em região mentoniana e mandibular esquerda, com cerca de 40mm de extensão; ferida corto-contusa em região cervical esquerda com 10mm de extensão e com pontos cirúrgicos; feridas corto-contusas em face interna da boca à esquerda; enquanto Tatiana Branquinha sofreu equimoses em face lateral externa, de terço médio, do braço esquerdo, com 70 mm de diâmetro; escoriações com feridas corto-contusas em cotovelo esquerdo, com sutura cirúrgica e com 60mm de extensão e a criança Juliana Branquinha sofreu ferida corto-contusa em membro inferior esquerdo com 20mm de extensão.

As lesões sofridas por Cristiano Souza o incapacitaram para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias, bem como geraram para ele perigo de vida (em razão de trauma crânio-encefálico).

Carlos Bezerra anteriormente já havia sido condenado judicialmente pela prática de crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor, cuja vítima fatal foi uma criança, e, ainda assim, continuou a agir de forma nitidamente arriscada na condução de seu caminhão, demonstrando, com isto, seu desapego à incolumidade alheia, agindo com intensa reprovabilidade ético-jurídica.

A morte das vítimas só não veio a acontecer porque, mesmo sem esperar ou suspeitar da irregular manobra, num último momento, Cristiano Souza conseguiu desviar parcialmente o automóvel por ele conduzido do caminhão dirigido por Carlos, circunstância que fez com que os ferimentos decorrentes da colisão não causassem a morte dos ocupantes da caminhonete GM/BLAZER.

Valendo-se dos fatos e circunstâncias delituosas acima narradas elabore a peça processual adequada, observando estritamente a previsão do art. 41, do Código de Processo Penal, abordando cada uma das situações e dados acima retratados, inclusive com indicação expressa dos dispositivos legais aplicáveis, levando em consideração que o processo-crime, contendo os elementos de prova e convicção descritos, foram encaminhados com vista ao representante do Ministério Público para devido pronunciamento, que deverá, ao final, datar a peça, sem se identificar, consignando tão somente a expressão “Promotor de Justiça Substituto”.

(Extensão máxima: 03 folhas)

Questão 2 – No dia 04 de julho de 2011, às 16h15min., policiais faziam ronda pela cidade quando, à Rua das Antilhas, nº 15, Bairro Pernambuco, nesta Capital, abordaram João José da Silva e Aluizio da Costa, que estavam na posse de uma bicicleta, cor-de-rosa, marca *Ceci*.

Com efeito, minutos antes da abordagem, Maria da Silva ligou para o 190 e declarou que sua bicicleta, de características e marca idêntica à citada, havia sido furtada de sua residência por volta das 14h30min.

Inquiridos pelos policiais, os acusados confessaram que haviam subtraído a bicicleta para trocá-la por “pinga” no bar do Zé. Desta feita, foram conduzidos ao 1º DP e a autoridade policial lavrou o Auto de Prisão em Flagrante pela prática do delito de furto qualificado.

O respectivo Auto foi encaminhado ao Juízo que, de conseguinte, remeteu ao Ministério Público para que analisasse sobre eventual prisão preventiva.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça

Atento aos novos ditames preconizados pela Lei nº 12.403/11, responda fundamentadamente qual a providência a ser adotada pelo Promotor de Justiça, considerando os seguintes dados:

- 1) João José da Silva e Aluizio da Costa são primos, e ambos sobrinhos de Maria da Silva, eis que esta é irmã de Josefa da Silva e Valéria da Silva, respectivamente genitoras de João José e Aluizio;
- 2) João José da Silva já foi condenado pelo cometimento de outro delito (art. 155, § 4º, II, do Código Penal), sendo que em 14 de março de 1998 transitou em julgado a sentença condenatória, cuja pena de 02 (dois) anos de reclusão foi integralmente cumprida em 19 de abril de 2000;
- 3) Aluizio Costa também foi preso, processado e condenado, em 24 de agosto de 2002, pela prática do delito descrito no art. 129, § 2º, III, do Código Penal. A pena aplicada, de 02 (dois) anos de reclusão, restou integralmente satisfeita em 09 de janeiro de 2004;
- 4) A materialidade do ilícito resta evidenciada no Auto de Prisão em Flagrante (f. 02-04), Auto de Apreensão (f. 16), no depoimento da vítima e demais testemunhas;
- 5) O *periculum libertatis* é fornecido pelo comportamento dos acusados, face a reiterada prática delituosa, bem como porque ao serem avistados por um vizinho subtraindo a bicicleta da residência de Maria, ameaçaram-no dizendo que se contasse a sua tia sobre o furto iria “sofrer as consequências”.

(Extensão máxima: 20 linhas)

Questão 3 – *Manoel* foi denunciado pelo Ministério Público pela prática dos crimes de *estupro* e *homicídio* contra a vítima *Maria*. Ao proceder à análise da pretensão acusatória, o magistrado julgou presentes prova da materialidade e indícios de autoria e pronunciou *Manoel*.

Não obstante operado o trânsito em julgado da decisão que pronunciou o réu, sobreveio laudo psiquiátrico que apontou a sua inimizabilidade. Vale consignar, que a tese inicial da defesa é a de que *Manoel* não é o autor dos fatos, e, alternativamente sustenta que ao tempo da ação *Manoel* era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito dos fatos ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

- A partir dos dados oferecidos identifique, pontue e discorra em relação aos crimes assinalados na hipótese fática sobre a conduta correta que deve ser observada pelos operadores do direito.

(Extensão máxima: 20 linhas)

Questão 4 – O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) lançou no dia 23 de junho de 2011 simultaneamente em diversas cidades do mundo o Relatório Mundial sobre Drogas 2011 e nele aponta que o Brasil foi em 2009, entre os países das Américas, a principal rota de passagem da *cocaína* apreendida na Europa.

A Lei nº 11.343/06 já trazia em seus dispositivos a meta de atingir os grandes traficantes, sem que se dissemine a prisão dos meros carregadores de drogas ilícitas.

A par destas premissas comente sobre a “*ação controlada da polícia*” diante de uma situação de flagrância, indicando os respectivos pressupostos e fazendo correlação com a teoria dos frutos da árvore envenenada.

(Extensão máxima: 20 linhas)



Questão 5 – A Constituição Federal convencionou que *é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato* (art. 5º, IV). O Estatuto Penal disciplina, a seu turno, que a comunicação falsa de crime poderá ensejar a configuração de outros delitos (arts. 339 e 340). E, ainda, assenta o Código de Processo Penal, em seu art. 5º, § 3º, que *qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial*.

Nada obstante, em períodos eleitorais é frequente a apresentação de cartas apócrifas delatando adversários políticos, assim como de vítimas que temendo por sua integridade física delatam anonimamente o criminoso.

Discorra sobre a validade de investigações iniciadas a partir de *delatio criminis* sem identificação do seu respectivo autor (denúncia anônima ou apócrifa).

(Extensão máxima: 20 linhas)

Questão 6 – O Supremo Tribunal Federal, em sua evolução jurisprudencial, vem dando, paulatinamente, concreção aos princípios e direitos fundamentais abrigados na denominada Constituição-cidadã, que veio a lume em 1988, dentre o quais figura com destaque a ideia de que a liberdade é a regra básica sobre a qual se assenta a convivência social, representando a prisão uma exceção. Assim, a obrigatoriedade do recolhimento à prisão antes do trânsito em julgado constitui medida excepcional, cuja efetivação subordina-se ao prudente arbítrio do magistrado, ao qual, todavia, só é lícito decretá-la quando as circunstâncias do caso concreto assim o exigirem (STF. HC 91.676-7/RJ).

A Lei nº. 12.403, de 04 de maio de 2011, que conferiu nova redação ao art. 310, do Código de Processo Penal, disciplina que ao receber o auto de prisão em flagrante o magistrado deverá se manifestar *fundamentadamente* sobre a prisão da qual está sendo comunicado.

De outro tanto, admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória (STF, Súmula 716).

A par dos precitados posicionamentos discorra sobre a “*execução provisória*” da pena.

(Extensão máxima: 20 linhas)

Questão 7 – Abstraídas as discussões doutrinárias e jurisprudenciais acerca da nulidade ou inexistência da sentença proferida por juiz absolutamente incompetente, responda: Poderá o Promotor de Justiça ofertar nova acusação contra o acusado absolvido por juiz constitucionalmente incompetente?

(Extensão máxima: 20 linhas)